



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Educação.

FAMÍLIAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: REFLEXÕES A PARTIR DO SERVIÇO SOCIAL NO NAAE EM BELÉM – PARÁ.

Cíntia de Cássia Pantoja Rodrigues dos Santos¹
Núbia Cristina Assunção Miranda²

Resumo: Compreender a realidade das famílias dos (as) educandos (as) da educação especial é essencial para responder às demandas que se apresentam ao Núcleo de Avaliação Educacional Especializada (NAAE). Portanto, este estudo tem como finalidade promover uma reflexão relevante a respeito das famílias da educação especial, em Belém do Pará, tendo como objetivo analisar o perfil das famílias atendidas no referido NAAE pelo Serviço Social. Neste sentido, os dados aqui apresentados têm como base uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa e quantitativa, sendo realizado um estudo documental dos materiais (relatório institucional e instrumental do Serviço Social) para tratamento analítico. Para tanto, utilizaram-se autores como Mazzotta (2011), Maia (2010), Miranda e Matos (2013), Moreira (2013), Petrini (2003), Ferrari e Kaloustian (2011), dentre outros, que subsidiaram a pesquisa. Por meio dos atendimentos sociais das famílias dos alunos (as) avaliadas em 2017, considerando: tipificação familiar, escolaridade, benefício Bolsa família, renda familiar e vínculos empregatícios destas famílias, foi constatado que tais famílias encontram-se em situação de vulnerabilidade social. Palavras-chave: Famílias. Educação Especial. Serviço Social.

Palavras-chave: Famílias; Educação Especial; Serviço Social.

Abstract: To understand the reality of the students' families of special education is essential to answer the demands of the Specialized Educational Assessment Center (SEAC). Therefore, this study aims to promote a relevant reflection about families of special education, in Belém of Pará, aiming to analyze the profile of the families assisted in the referred SEAC by the Social Service. In this sense, the informations presented here are based in an exploratory research of a qualitative and quantitative nature, and a documentary study of the materials (institutional and instrumental report of the Social Service) was carried out for analytical treatment. For this, authors such as Mazzotta (2011), Maia (2010), Miranda and Matos (2013), Moreira (2013), Petrini (2003), Ferrari and Kaloustian (2011), among others authors were used to subsidize the research. Through of the social attendance of the students' families evaluated in 2017, considering: family typing, schooling, family allowance, family income and employment bonds of these families, it was verified that these families are in a situation of social vulnerability.

Keywords: Families; Special Education; Social Service.

INTRODUÇÃO

¹ Profissional de Serviço Social. Faculdade Integrada Brasil Amazônia. E-mail:<cassialindinha2115@gmail.com>.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail:<cassialindinha2115@gmail.com>.

O interesse em apresentar, discutir e debater Serviço Social na Educação surgiu de uma inquietação da categoria, em que uma assistente social, da área da educação especial apresentou o assunto e discorreu sobre a luta da categoria junto à Câmara Municipal. Essa luta tratava da inserção do profissional de Serviço Social em escolas públicas no município de Belém do Pará³. Sendo assim, a experiência na educação especial no Centro de Referência em Inclusão Educacional “Gabriel Lima Mendes” (CRIE) no setor do Núcleo de Avaliação Educacional Especializada (NAEE), foi importante, pois foi neste contexto que surgiu a necessidade de fazer uma análise sobre as famílias da educação especial mediante o olhar do Serviço Social do NAEE. Isso se deu em virtude de o atendimento realizado pelo Serviço Social ocorrer diretamente com as famílias dos alunos (as) da rede municipal de ensino.

Assim, ao vivenciar os “atendimentos sociais” das famílias, foi possível compreender a vulnerabilidade social em que estas famílias se encontram frente ao sistema capitalista. A concepção de vulnerabilidade denota a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivos e relacionais, além de desigualdade de acesso a bens e serviços públicos (CARMO; GUIZARDI, 2018).

Nesse contexto, conhecer a realidade das famílias que fazem parte da rede municipal de ensino, em particular da educação especial, foi de fundamental importância para a categoria profissional de Serviço Social, pois pode vir a estimular novos conhecimentos; logo, futuras pesquisas. Pesquisar sobre as famílias também proporcionou conhecer a realidade familiar e socioeconômica de

³ A aprovação do Projeto de Lei que institui o Serviço Social nas escolas públicas e entidades filantrópicas nas escolas públicas do município de Belém – protocolada na Câmara Municipal de Belém – ocorreu em 2015, porém não houve avanço por parte da gestão Municipal.

cada aluno (a), no sentido de pensar ações voltadas para melhorias de vida destes e de suas famílias.

Diante disso, o objetivo da pesquisa foi analisar o perfil das famílias atendidas no NAEE pelo Serviço Social no município de Belém, considerando a tipificação de cada família, bem como a situação socioeconômica e, ainda, a escolaridade, e se estas famílias recebiam o benefício do Programa Bolsa família.

A pesquisa correspondeu, no primeiro momento, à Pesquisa Bibliográfica, que utilizou contribuições de diversos autores e também de *sites*, relatórios, literaturas, entre outros meios de informação segura a respeito da temática evidenciada. Em seguida, houve a Pesquisa Exploratória, com a finalidade principal de desenvolver conceitos e ideias visando formular problemas pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 2008). É relevante destacar que se trata de uma pesquisa com abordagem quantitativa-qualitativa que, de acordo com Fonseca (apud GERHARDT; SILVEIRA 2009, p. 33) “a pesquisa quantitativa pode ser quantificada nas amostras, e os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa”. Já a pesquisa qualitativa, ainda segundo Goldenberg (idem, p. 31) “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”. Para alcançar o objetivo realizou-se junto ao NAEE um Estudo Documental de materiais que não haviam recebido ainda nenhum tratamento analítico, ou que ainda poderiam ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008), de modo a apresentar os resultados aqui discutidos.

1. EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL, NO ESTADO PARÁ E NO MUNICÍPIO DE BELÉM:: um breve histórico

Os primeiros atendimentos às pessoas com deficiência (PcD) ocorreram, *a priori*, na Europa, enfatizando em mudanças na atividade dos grupos sociais, concretizando em medidas educacionais. Estas medidas se expandiram para Estados Unidos e Canadá e, posteriormente, para outros países, dentre eles o Brasil. Segundo Mazzotta (2011), a Educação Especial no Brasil surgiu no século XIX, com alguns brasileiros, em virtude de experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos. A princípio, a educação especial se apresentou como organização de serviços de atendimentos a cegos, surdos, deficientes mentais e físicos. Precisamente em 12 de setembro 1854, através de D. Pedro II, concretizou-se o atendimento escolar especial aos alunos por meio do decreto Imperial nº 1.428, o qual fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”.

Em se tratando da educação especial no Estado do Pará, surge em 1962, a Instituição filantrópica Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE), com objetivo de atender crianças com deficiência. Este atendimento foi implantado aqui por conta da influência estadunidense. Vale ressaltar que foi a partir de muita luta dos pais e amigos de PcD que essa associação se consolidou em todo o território nacional (MARTINS; NUNES, 2014). Assim, as primeiras discussões sobre a Educação Especial no Pará, segundo Miranda; Matos (2013) teve início na década de 1960, por meio da Escola de Surdos do Pará, a qual, no ano de 1964, transformou-se em um Instituto vinculado à Secretaria do Estado de Educação (SEDUC), antes denominada Escola de Surdos Professor Astério Campos, e que atualmente se encontra na Coordenadoria de Educação Especial do Estado do Pará (COEES).

Segundo as autoras, uma das primeiras unidades de educação especial em Belém foi denominada Yolanda Martins e Silva. Essa escola foi fundada em março de 1979, visando preparar alunos com deficiência mental, com faixa etária a partir

dos 14 anos, para o mercado de trabalho por meio de oficinas pedagógicas e programas.

O CRIE, que integra a Secretaria Municipal de Educação, surgiu com o objetivo de promover e fomentar a inclusão de alunos com deficiência nas salas regulares das escolas municipais de Belém. Este trabalho acontece por meio de Núcleos, Programas e Projetos que realizam o atendimento ao público-alvo da educação especial de Belém: o aluno com deficiência física, auditiva, intelectual, múltipla, surdocego, altas habilidades/superdotação ou Transtorno do Espectro Autista (TEA). Atualmente em Belém existem 64 escolas públicas da rede municipal que possuem Salas de Recursos Multifuncionais (SRM)⁴. Objetivando estruturar de forma organizada a execução de ações educacionais, em particular das SRM, a SEMEC, segundo Miranda; Matos (2013) trabalha a partir de oito distritos como áreas de atuação: DABEL, DABEN; DAGUA; DAENT; DASAC; DAICO; DAOUT; DAMOS.

2. FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CRIE: reflexões a partir do NAAE

2.1 O Serviço Social na educação especial em Belém

O Serviço Social, por ser uma profissão pautada no Código de Ética, o qual dispõe, em seu inciso VI, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o direito à diversidade, visto que, mesmo diante das particularidades e diferenças entre os seres humanos em virtude de cada um possuir características singulares, o (a) assistente social precisa sempre estar em prol da efetivação dos direitos para todos. Diante disso, conviver com esta

⁴ As Salas de Recursos Multifuncionais – SRM foram instituídas pelo Programa de implementação de SRM via portaria Nº 13, de 24 de abril de 2007, sendo locadas nas escolas públicas de Educação Básica das redes públicas de ensino, onde se realiza o AEE.

diferença é compreender também que as famílias são constituídas de muitas formas, e uma forma não é melhor ou pior do que a outra, elas são apenas diferentes entre si, ou seja, não há um modelo “certo” nem um modelo “normal” de família (MOREIRA, 2013).

2.2 Família no NAE: considerações e reflexões

A palavra família vem do latim *famulus* que significa um conjunto de propriedades de alguém que inclui escravos e parentes. Ao longo da história as famílias brasileiras vêm transformando-se, o que difere da família ideal de Goldani (2002), a qual é formada por um casal heterossexual casado e com filhos. Destarte, a família é uma instituição privilegiada no âmbito da intervenção do Serviço Social, inclusive desde os primórdios da profissão.

A sociedade tem uma imagem de família ideal, porém, com as transformações societais, os casamentos legais diminuíram, as separações aumentaram, o recasamento cresceu e surgiram outros arranjos sexuais e familiares. Segundo Moreira (2013), as transformações nas famílias estão relacionadas às mudanças na estrutura econômica e política do país e também aos valores com que foram construídas ao longo das gerações. Desta maneira, as mudanças e diversidade ocorridas na estrutura familiar resultam em um falseamento na realidade, pois isso gera a impressão que as famílias estão desestruturadas, em crise, ou mesmo ameaçadas a desaparecer; na realidade, o que existe são vários “modelos” de famílias, que convivem em um mesmo espaço social.

Diante disso, compreende-se que várias são as “estruturas” e/ou “modelos” / arranjos familiares. Assim sendo, a Família Nuclear é composta apenas pelo núcleo principal representado pelo pai, sua esposa e os seus descendentes legítimos (ALVES, 2009). Já a Família Monoparental, é constituída por apenas um

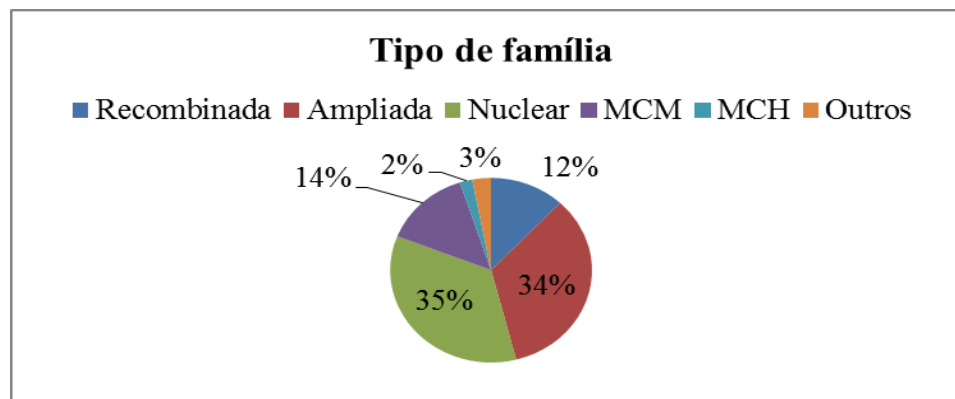
dos pais e seus descendentes, podendo também ser decorrente de casamento desfeito ou de simples adoção por uma pessoa solteira (SILVA, 2017). Já a respeito de Família Recombinada, é constituída com base em uma nova configuração familiar, no qual uma das partes ou ambas já vieram de relacionamentos anteriores que possuem pelo menos um filho ou mais da relação anterior (CHISTIANO; NUNES, 2013).

Ao tratar de outra configuração familiar, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no art. 25, parágrafo único, apresenta a família extensa ou ampliada que diz respeito àquele que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade casal, formada por parentes próximos com os quais as crianças ou adolescentes convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade. Ainda conforme o ECA há a Família Substituta, o qual, nos seus arts. 28 a 32, a define como uma célula familiar que substituirá a família original no que se refere aos benefícios que uma família deveria estar proporcionando ao menor. No que diz respeito à Família Adotiva, constitui-se essa através de sentença judicial, que será inscrita no registro civil, no qual a família que adota confere à criança ou adolescente o *status* de filho, com todas as consequências jurídicas e psicossociais (BECKER, 2011).

Em se tratando de um novo arranjo familiar, há a Família Homoafetiva a qual é composta por casais do mesmo sexo e filhos (as). Por conta das transformações dos novos tipos de família, houve o reconhecimento do Superior Tribunal Federal (STF), em maio 2011, da união estável entre pessoas do mesmo sexo e os mesmos direitos concedidos aos casais heterossexuais são válidos para as uniões homoafetivas (SILVA, 2017).

Diante disso, a análise dos dados, em forma de gráfico, da pesquisa⁵ realizada com 100 famílias atendidas pelo Serviço Social⁶, no ano de 2017, no contexto do NAAE, apresentou a seguinte realidade:

Figura 1: Distribuição das famílias atendidas no NAAE pelo Serviço Social.



Fonte: Própria (2018)

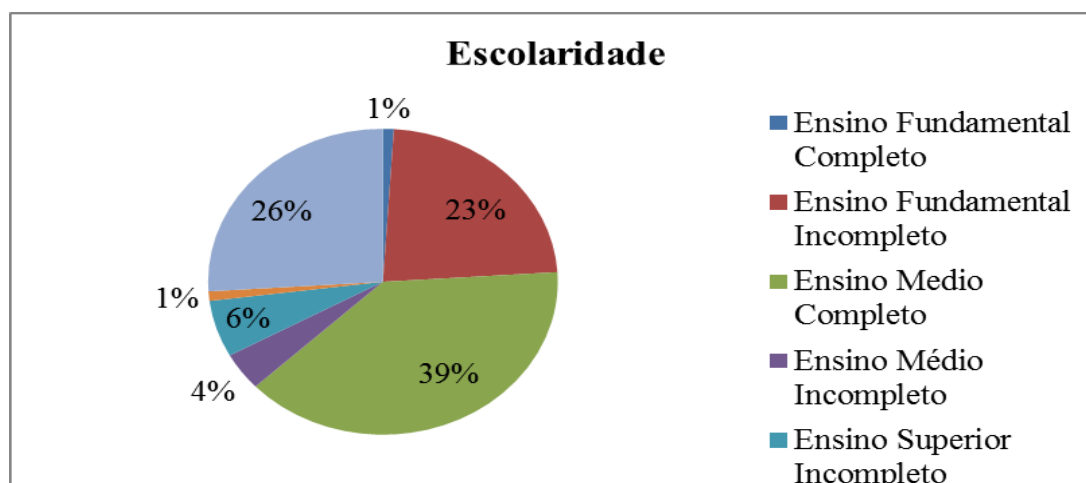
Conforme pode ser verificado acima, no ano de 2017, no NAAE, a maioria das famílias dos (as) educandos (as) atendidas pelo Serviço Social em relação ao processo de avaliação se distribui da seguinte forma: 35% destas famílias podem ser tipificadas 11 como Família Nuclear; 34% das famílias podem ser classificadas como Extensa ou Ampliada; 14% das famílias podem ser identificadas como Monoparental Chefiada por Mulher (MCM); 12% destas famílias podem ser consideradas como Família Recombinada; com isso 3% das famílias foram relacionadas a OUTROS – ou seja, outras configurações familiares – que inclui Família Homoafetiva; a Família Substituta e Família Adotiva; e por fim, 2% destas famílias podem ser classificada como Monoparental Chefiada por Homem (MCH).

⁵ Os dados desta pesquisa foram coletados durante o período de Estágio Curricular/Supervisionado no ano de 2017, sendo de autoria própria, construindo assim, um perfil das famílias “avaliadas” pelo Serviço Social no NAAE no ano de 2017.

⁶ É importante enfatizar que existem outras demandas específicas para a área da fonoaudiologia, psicologia e pedagogia que são encaminhados diretamente a esses profissionais por meio do (a) professor (a) de referência.

Diante do exposto, independente da tipificação que cada família apresenta em seu contexto familiar, existe um aspecto comum entre elas: a vulnerabilidade social vivenciada por estas famílias. A fragilidade delas diante de um sistema opressor requer um olhar mais especializado do Estado frente à condição do ser humano por estarem suscetíveis aos riscos gerados pelo sistema capitalista. Nesse contexto, o Estado tem um papel decisivo para fortalecer o enfrentamento à vulnerabilidade, em apoiar o desenvolvimento e as capacidades humanas e individuais do sujeito junto às famílias. A propósito, Carvalho (2011) afirma que a família é o primeiro sujeito que corresponde e totaliza a socialização e a proteção dos indivíduos, independente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresenta, pois se estabelece em um canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais.

Figura 2: A escolaridade das famílias atendidas no NAEE pelo Serviço Social.



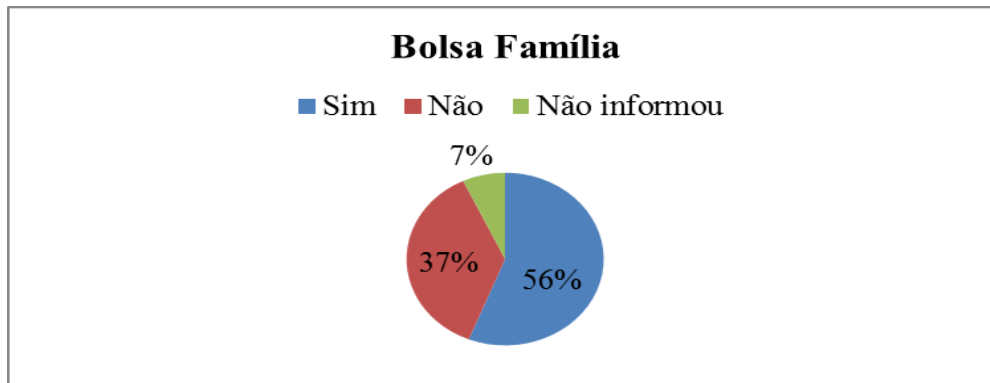
Fonte: Idem

Ainda considerando o ano de 2017 em relação à escolaridade das famílias dos alunos (as) avaliados (as) no NAEE pelo Serviço Social cerca 39% destas famílias concluíram o Ensino Médio; 26% destas famílias não informaram sua escolaridade; 23% possui o Ensino Fundamental Incompleto; 6% com o Ensino

Superior Incompleto; 4% têm Ensino Médio Incompleto, 1% completou Ensino Fundamental e 1% não detém escolaridade formal. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 48,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos de idade no Brasil – equivalente a 25,2 milhões – não haviam concluído o ensino superior e nem frequentavam escola, curso, universidade ou qualquer outra instituição regular de ensino em 2017. Cerca 39,6% dos jovens justificaram que não estudam por terem que trabalhar, por estar à procura de emprego ou ter conseguido uma vaga de emprego. Já no que concerne às mulheres, na mesma faixa etária: cerca 28,9% também relacionaram o trabalho como motivo para não estudar e ter que realizar afazeres domésticos/cuidado de pessoas.

Embora a faixa etária da família seja entre 25 e 50 anos observou-se que, assim como a justificativa dos jovens de terem que trabalhar, por isso não estudam, assim também os principais argumentos das famílias atendidas no NAAE para interromper os estudos dizem respeito à necessidade de trabalhar para sustento da família e à falta de tempo das genitoras, pois cuidam da casa e dos (as) filhos (as). Assim, a desigualdade no acesso à educação ainda é facilmente demonstrada nos dados coletados pelo IBGE. Diante do exposto, apesar de tamanha desigualdade, seria interessante que as famílias pudessem compreender a educação como instrumento impulsionador de empoderamento para a transformação social, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento do aprendizado de seus sujeitos sociais e de suas famílias.

Figura 3: Distribuição do Programa Bolsa Família das famílias atendidas no NAAE pelo Serviço Social.



Fonte: Idem

O gráfico acima corresponde às famílias beneficiadas, no de ano 2017, pelo Programa Bolsa Família⁷, atendidas pelo Serviço Social do NAE: aproximadamente 56% das famílias atendidas recebem o Bolsa Família; 37% das famílias não fazem parte do programa e 7% não informaram se recebem ou não benefício Bolsa Família.

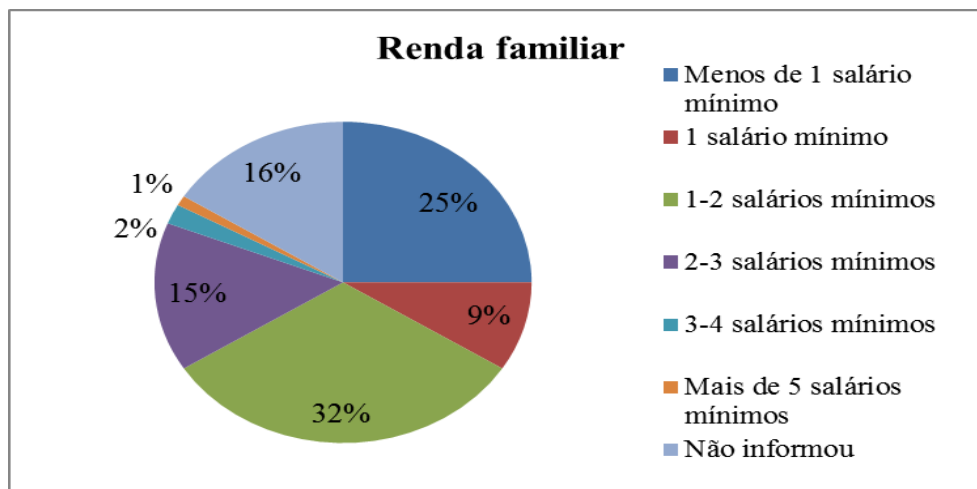
Muitas dessas famílias que recebem o bolsa família sobrevivem apenas com o benefício do governo federal, que busca garantir às famílias o acesso à educação e saúde e o direito à alimentação. Sendo assim, por mais que as famílias tenham acesso ao programa, continuam sujeitos suscetíveis à vulnerabilidade social e à pobreza, diretamente ligada à desigualdade na distribuição de renda.

Nesse contexto, o ser humano vulnerável é aquele que [...] não necessariamente sofrerá danos, mas está a eles mais suscetível uma vez que possui desvantagens para a mobilidade social, não alcançando patamares mais elevados de qualidade de vida em sociedade em função de sua cidadania fragilizada. Mas, ao mesmo tempo, o ser humano vulnerável pode possuir ou ser

⁷ O Programa Bolsa Família está previsto em lei — [Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004](#) — e é regulamentado pelo [Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004](#). Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e> Acesso: 24. out. 2018.

apoiado para criar as capacidades necessárias para a mudança de sua condição (CARMO; GUIZARDI, 2018).

Figura 4: Distribuição da Renda familiar das famílias atendidas no NAAE pelo Serviço Social.



Fonte: Idem

A renda familiar⁸, em conformidade com o gráfico acima, das famílias atendidas pelo Serviço Social, em média 32% destas recebem mais de 1 a 2 salários mínimos; 25% recebem menos de 1 salário mínimo; 16% não souberam informar sua renda; 15% destas famílias recebem mais 2 a 3 salários mínimos; 9% das famílias recebem 1 salário mínimo; 2% dessas famílias recebem mais de 3 a 4 salários mínimos e 1% das famílias recebe acima de 5 salários mínimos.

Verificou-se que a qualidade de vida das famílias com baixa renda familiar atendidas no NAAE pelo Serviço Social sofre impacto por conta da realidade vivenciada por elas, pois existem elementos essenciais para bem-estar familiar, o qual depende da capacidade de comprar produtos e serviços que subsidiem a necessidade de seus sujeitos como lazer, vestuário, alimentação e outros. No

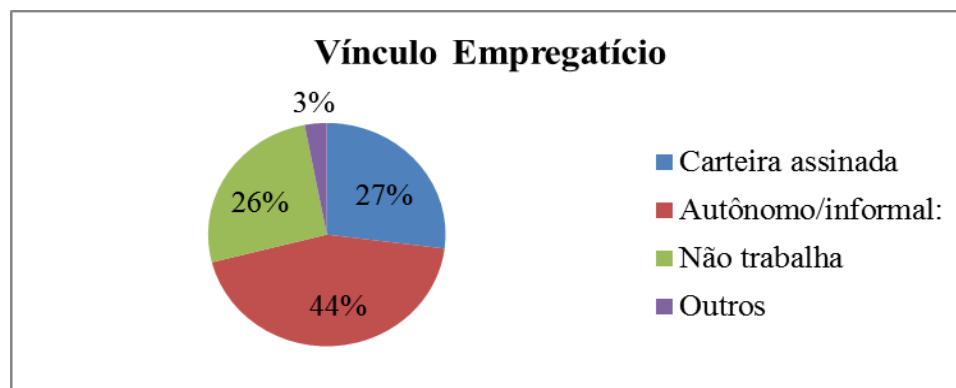
⁸ Segundo o IBGE (2018), a renda domiciliar/familiar *per capita* é calculada entre o total dos rendimentos domiciliares (em termos nominais), ou seja, o total dos moradores. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20154-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2017>

entanto, para suprir as necessidades da família, a renda familiar deve ser suficiente para preencher todos os aspectos para se alcançar qualidade de vida.

Dessa maneira, a vulnerabilidade social da família pode estar diretamente ligada à miséria estrutural, agravada pela crise econômica que lança o homem ou a mulher ao desemprego ou subemprego. Com isso, a situação socioeconômica é o fator que mais tem contribuído para a “desestruturação” da família, repercutindo diretamente e de forma vil nos mais vulneráveis desse grupo: os filhos – vítimas da injustiça social –, os quais se veem ameaçados e violados em seus direitos fundamentais. Por isso, a pobreza, a miséria, a falta de perspectiva de um projeto existencial que vislumbre a melhoria da qualidade de vida impõe a toda a família uma luta desigual e desumana pela sobrevivência (GOMES e PEREIRA, 2004), vivenciada pela família nestas condições.

O ideal seria que as famílias avaliadas no NAAE pelo Serviço Social tivessem uma condição financeira confortável para suprirem suas necessidades diante do sistema capitalista e não somente manter o básico do básico para sobreviver, mas também poder usufruir junto aos seus sujeitos, de momentos de lazer, em que não precisem escolher se irão ao cinema ou se suprirão o básico em casa.

Figura 5: Distribuição de Vínculo Empregatício das famílias atendidas no NAAE pelo Serviço Social.



Fonte: Elaboração própria (2018).

Ainda de acordo com o atendimento realizado pelo Serviço Social do NAAE, em 2017, o gráfico acima aponta que: 44% das famílias desenvolvem atividade informal; 27% das famílias trabalham de Carteira Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada; 26% das famílias não trabalham e 3% destas famílias recebem aposentadoria ou Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Segundo o IBGE (2018), o contingente de trabalhadores no setor privado sem CTPS assinada aumentou 2,9% no trimestre de março a maio de 2018 em relação ao trimestre anterior. O resultado representa mais 307 mil pessoas em postos de trabalho que não oferecem garantias de direitos trabalhistas. Em relação ao mesmo trimestre do ano 2017, o aumento foi de 5,7%, o que corresponde a 597 mil pessoas a mais na informalidade. Já os empregados com carteira assinada no setor privado houve queda de 1,1% em relação ao trimestre anterior (351 mil pessoas) e 1,5% (483 mil pessoas) na comparação com o mesmo trimestre de 2017 e neste mesmo ano a taxa de desemprego era 12,8% tendo uma queda em 2018 para 12,3%.

Diante disso, as famílias buscam na informalidade criar formas para suprir suas necessidades para sobreviver, garantindo assim, alimentação, casa, transporte, saúde, educação dentre outros direitos. Entretanto, essa situação de trabalhar "por conta própria" muitas vezes esconde uma situação de insegurança social, pois a maior parte dessas pessoas não tem registro na carteira e, portanto, não contribui com a Previdência Social – nem mesmo enquanto contribuinte individual – cessando assim a proteção social. As famílias atendidas pelo Serviço Social no NAAE trabalham informalmente em feiras, como carregadores e cozinheiras na Central de Abastecimento do Pará (CEASA), como babá, doméstica, serviços gerais e outros. Constata-se, portanto, que as famílias da

educação especial em tela, estão mergulhadas em uma realidade de vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar famílias e educação especial foi algo extremamente fascinante e desafiador, devido à função de suas diversidades e seus arranjos. A pesquisa realizada a partir das famílias “avaliadas” pelo Serviço Social no ano de 2017⁹, chegou a conclusões relevantes, visto que foi verificado que as famílias atendidas, em decorrência das porcentagens expostas nos gráficos anteriormente, estão expostas à situação de vulnerabilidade social. Esta realidade traz um ponto negativo para as famílias e seus sujeitos na medida em que este resultado traduz a fragilidade desses indivíduos e uma instabilidade social diante do sistema; e, cabe ao Estado garantir o acesso às estruturas econômicas, culturais e sociais destas famílias, haja vista o Estado ter o papel decisivo no desenvolvimento da sociedade. Contudo, não é esta a realidade apresentada, pois o Estado não visa à qualidade de vida de seus sujeitos. Isso porque o Estado investe em políticas públicas que buscam apenas minimizar as expressões da questão social, neste caso a vulnerabilidade social, sem ter, portanto, o objetivo de erradicá-las.

Por fim, é viável enfatizar que o Estado priorize, desde sua agenda governamental, atenção às famílias e desenvolva políticas públicas conforme a realidade vivenciada por elas. Promover às famílias programas de assistência, orientação psicossocial, com geração de emprego e renda que articule junto à formação social, profissional e a escolarização básica, dentre outros, podem ser formas que resultem em melhoria de vida das mesmas. Dessa forma, o Estado

⁹ Para melhor precisar os dados coletados considerou o quantitativo de 100 (cem) famílias, embora o Serviço Social tenha feito um número maior de atendimentos, dentre eles apenas acolhimento destas famílias, que não deixa de ser contabilizado como atendimento, porém não tem as mesmas características/objetivos em relação ao processo de avaliação do NAAE.

torna-se um elemento ativo para autonomia e para transformação da qualidade de vida das famílias e seus sujeitos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL: Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm Acesso: 15. out. 2018.
- BRASIL: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/pt/agencia-home.html> Acesso: 27. out. 2018.
- BRASIL: Benefício de Prestação Continuada. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/tag/bpc/> Acesso: 29. outubro. 2018.
- CARMO, Michelly Eustáquia; GUIZARDI Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. Cad. Saúde Pública 2018; Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n3/1678-4464-csp-34-03-e00101417.pdf>. Acesso em: 09. agosto. 2018.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. – 6.ed. – São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2> Acesso em: 09 ago. 2018.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo [org.] Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS).
- MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. – 6ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- MIRANDA, Núbia Cristina Assunção; MATOS, Noelle Oliveira Gomes. Educação Especial e Inclusão e o Processo de implementação do Serviço Social no Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes em Belém/PA: relato de experiência no Núcleo de Avaliação Educacional Especializada. In: I

Encontro de Produção Científica em Serviço Social na Educação. URB: Bahia, 2013.